



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO LATINO-AMERICANO E A QUESTÃO DA IDENTIDADE CULTURAL: breves reflexões

Giana Carla Laikovski¹

RESUMO: Este artigo é fruto de uma tentativa de interlocução dos autores estudados na disciplina Direitos Humanos e Classes Sociais, do PPGSS/UFSC, com autores estudados em outras disciplinas em 2023, tendo como tema o processo de colonização da América Latina e a questão da identidade cultural. Para tanto, refletimos sobre os conceitos de colonialidade, mais especificamente o de colonialidade do poder, de modernidade e eurocentrismo e suas influências na formação das identidades latino-americanas. Verificou-se que o processo de conquista do território pelos europeus trouxe impactos significativos na formação dos povos colonizados, principalmente pela dominação e de imposição de sua cultura, que aconteceu de diferentes maneiras nas diversas regiões. O sequestro e escravização de africanos foi fator fundamental nesse processo. Assim, temos hoje uma América Latina diversa e multifacetada, fruto de um projeto colonizador que reproduz a dominação cultural eurocêntrica.

PALAVRAS-CHAVE: América Latina; Colonização; Identidade Cultural.

1. INTRODUÇÃO

O processo de colonização na América Latina impactou profundamente na geopolítica mundial e teve como antecedentes importantes eventos que levaram países europeus a se reorganizar para disputar a hegemonia econômica no mercado global. A colonização foi marcada por um intenso processo de genocídio dos povos originários latino americanos, de exploração da sua força de trabalho e de seus recursos naturais. Mas existia muita vida na América Latina antes da chegada dos europeus que a história oficial não conta. Centrada pela ótica colonizadora, a história oficial é a história contada pelos europeus vencedores.

Esse texto procura apresentar brevemente como se deu o processo de colonização da América Latina na perspectiva dos povos colonizados. Faz uma contextualização do período histórico e reflete sobre as consequências desse processo para as populações indígenas que aqui habitavam e para a formação a identidade cultural a partir da chegada dos europeus e dos africanos escravizados. Para isso, trabalharemos a noção de colonialidade e modernidade, refletindo

¹ Assistente social na Universidade Federal de Santa Catarina, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na mesma universidade. Email: giana.carla@ufsc.br.



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

brevemente sobre como esses processos eurocêntricos impactaram na formação de uma identidade nacional dos povos latinos americanos.

2. A COLONIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

2.1 Antecedentes

Em 1492, quando Colombo chegou à América, a Europa não era o centro do mundo. Ela era “periferia” do mundo mulçumano e do Oriente. Conforme Grondin e Viezzer (2021) nos contam, Constantinopla (hoje Instambul/Turquia) era a cidade mais importante da época: era capital do Império Romano desde 330, se tornou capital do Império Bizantino, foi a maior e mais rica cidade da Europa por dois séculos. Pertencia a ela o Estreito de Bósforo, lugar de passagem marítima e maior praça de mercado entre Europa e Ásia. Durante o período medieval o intercâmbio entre os continentes era intenso.

Porém, em 1452, a situação muda drasticamente. Constantinopla é tomada pelo Império Otomano (mulçumanos), os impostos sob as transações entre Europa e Ásia vão às alturas, caindo abruptamente essas transações. Portugal e Espanha entram em cena para pensar em um caminho alternativo, as duas opções eram: a) pelo leste, contornando a África (que favorecia Portugal, que já tinham comércio com África e um acordo com Espanha que reconhecia essa rota como exclusiva dos portugueses); b) pelo Oeste, cruzando o Atlântico (que era um caminho desconhecido – conheciam até as Ilhas Canárias e achavam que a terra era plana - o que, em princípio, estava fora de cogitação).

Diante da necessidade de recuperar-se economicamente da guerra contra os otomanos, a Espanha decide por explorar a rota desconhecida e contou a experiência de Cristóvão Colombo, marinheiro que já havia navegado até às Ilhas Canárias. Assim começou a exploração das Américas, intitulada por eles de “Novo Mundo” (GRONDIN e VIEZZER, 2001).

2.2 A chegada dos europeus

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

As ilhas do Caribe foram a porta de entrada dos europeus no continente americano. Em 12 de outubro de 1492, numa frota com 3 caravelas e 87 tripulantes, os espanhóis chegam na Ilha Guanahani, pertencente a Bahamas, e tomam posse da terra, mesmo com nativos residentes. Seguem para a região do Haiti e República Dominicana, chamada de Quisqueya, e ali encontram uma população de mais de 1 milhão de nativos que viviam da produção agrícola, estabelecendo inicialmente uma relação amigável.

Na segunda expedição em 1493, agora com 1500 homens, Colombo se dirigiu a outra região das ilhas, Hispaniola (atual Ilha de São Domingos), e edificou a primeira vila. Depois visitou outros lugares da ilha, mas em clima de guerra. Também descobriu outras ilhas, mas não iniciou de imediato o processo de colonização dessas. Mesmo com a Bula emitida pelo Papa em 1537 que considerava os indígenas como seres humanos e que deveriam ser catequizados, os cristãos colonizadores foram autores do maior genocídio da história.

A exploração dos povos indígenas passa acontecer através dos repartimientos, onde certo número de nativos ficava sob a jurisdição de um colono espanhol, denominado de repartidor, que exigia dos reis locais e caciques os impostos. Os repartidores utilizavam os indígenas principalmente nas minas de ouro, onde trabalhavam de 10 a 12 horas por dia durante meses, longe das famílias, com alimentação insuficiente. Os homens morriam nas minas e os idosos, mulheres e crianças morriam por falta de alimentação causada pela ausência dos homens. O trabalho forçado nas minas, além de ter a morte como consequência direta, também influenciou na queda da natalidade, visto que ficavam longe das mulheres e voltavam debilitados. Mesmo as que engravidavam tomavam abortivos ou matavam as crianças, ou nasciam doentes e não sobreviviam.

Para além das repartições, as terras foram divididas e distribuídas em encomiendas. Os encomenderos deveriam pagar tributos à coroa. Todos os indígenas maiores de 14 anos deveriam pagar impostos em ouro ou algodão trimestralmente. As quantias eram impossíveis, visto que não havia indústria para extração do ouro. Trabalho forçado e matança era a resposta pra quem resistia. Além das formas de genocídio já citadas (fome, mortalidade infantil, guerras e matanças), houve ainda a exportação de indígenas escravizados (só poderia ser escravizado quem se rebelasse, mas isso não era cumprido), doenças e epidemias (a principal foi a varíola

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

entre 1516 e 1519 – no Brasil foi entre 1562 e 1563). Grondin e Viezzer (2001) apresentam os números desse período: em 1492 Hispaniola tinha um milhão de habitantes; em 1508, 60 mil; em 1509, 40mil; e em 1514, 14mil.

A partir de 1508 outras ilhas do Caribe passam a ser exploradas: Porto Rico para extração de ouro, Jamaica para produção de algodão, Cuba para a produção de açúcar e tabaco e as ilhas menores para fornecimento de força de trabalho indígena para o trabalho forçado. Rapidamente a colonização chega ao México, em 1519, e aos Andes Centrais, iniciando por Peru em 1532. A América do Norte é colonizada por ingleses a partir de 1590.

Nos séculos que se seguiram, a exploração das terras de Abya Yala se intensificou. Agregando-se a exploração da força de trabalho indígena, teve papel importante o escravismo do povo negro, através do tráfico de pessoas escravizadas de África. A partir do comércio triangular, a América fornecia matéria-prima para a Europa, que comercializava produtos manufaturados em África (e também na América), que fornecia a força de trabalho das pessoas escravizadas para as colônias americanas (WILLIAMS, 2012). A Europa enriqueceu na comercialização dos produtos, na exploração da força de trabalho de negros e indígenas e na exploração da terra na América em grandes monoculturas.

2.3 A colonização no Brasil

Após ter conhecimento das novas terras, Portugal reclamou o seu pertencimento, alegando direitos derivados do Tratado de Alcaçovas (1479). Dessa competição com Espanha saiu um novo tratado, o Tratado de Tordesilhas (1494), que consistia numa linha imaginária que dividia o mundo em duas partes: oeste para Espanha e leste para Portugal.

A partir daí veio a frota portuguesa para o Brasil, chegando no litoral em 22 de abril de 1500, tomando posse 4 dias depois. Por não encontrar ouro, prata e especiarias, nos 30 anos que se seguiram os portugueses não fixaram colônia, mas exploravam vários produtos naturais, o principal era a madeira.

Conforme explica Grondin e Viezzer (2001), no início do século XVI o comércio com as Índias já não era favorável aos portugueses, devido à concorrência com os holandeses. Além disso, holandeses e franceses ameaçavam a posse do território

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

português de ultramar. Assim, Dom João II resolveu dar início à colonização do país, sendo que a primeira expedição aconteceu em 1531 com 400 homens para estabelecer os primeiros núcleos de povoamento permanentes. O território foi dividido em quinze capitanias administradas por doze donatários com poder econômico que distribuiu os lotes denominados sesmarias aos colonos portugueses, enquanto esses ficavam responsáveis pela catequização dos indígenas. Os nativos foram escravizados, dando início ao processo de genocídios dos povos indígenas no Brasil.

Os indígenas deveriam ser realocados de suas aldeias para viver junto dos portugueses e lhes servir de mão de obra. “Expedições chamadas de descimentos iam em busca dos indígenas” (GRONDIN e VIEZZER, 2001, p. 125). Missionários participavam das expedições para convencer os indígenas a viverem nos novos aldeamentos. Os indígenas que resistissem eram capturados e levados como escravos. Esses também eram comercializados, famílias eram divididas e mulheres e crianças forçadas a trabalhar em plantações e residências sem tempo de descanso. Além das mortes decorrentes das guerras, da intensa exploração da mão de obra, da fome, o declínio da população indígena também teve como causa as doenças trazidas pelos portugueses, sendo uma das principais a varíola, que entre 1562 e 1563 pode ter aniquilado 1/3 ou até a metade da população naquele período (GRONDIN e VIEZZER, 2001).

Importante mencionar ainda que, além do processo de genocídio dos povos indígenas, a colonização do Brasil foi fortemente marcada pela escravização dos povos de África, que passam a ser alvos do tráfico negreiro a partir de 1550 e que, ao longo de 300 anos, representam o número de 4,8 milhões de pessoas trazidas cativas ao país, tornando o Brasil o país que mais recebeu africanos escravizados no continente (ALENCASTRO, 2018).

3. MODERNIDADE, COLONIALIDADE E IDENTIDADE CULTURAL

Ao atribuir à América a noção de Novo Mundo, ignora-se completamente a sua história anterior. A narrativa acerca do “descobrimto” da América a partir de 1492 faz parte de uma perspectiva histórica eurocêntrica e hegemônica. Essa mesma perspectiva atribui o início da Modernidade a partir dos séculos XVII e XVIII com centralidade na Europa.

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

Enrique Dussel (2000) vai problematizar a centralidade da Europa nos processos históricos mundiais. O autor faz uma crítica ao eurocentrismo problematizando o conceito de Europa a partir daquilo que ele chama de um deslizamento semântico. Ele explica que até o século XV a região geográfica que hoje conhecemos por Europa ocupava um papel periférico e secundário no contexto euro-afro-asiático. A compreensão da Europa como centro é uma construção ideológica que tem início com a inversão de sua posição no contexto histórico mundial.

Outro mito que o autor procura desconstruir é de que a Europa foi o centro da Modernidade. Na visão eurocêntrica, a modernidade inicia-se a partir de fenômenos intra-europeus, notadamente a Reforma, a Ilustração e a Revolução Francesa, e “seu desenvolvimento posterior necessita unicamente da Europa para explicar o processo” (DUSSEL, 2000, p. 28). Nessa perspectiva a sociedade europeia se constitui como a mais moderna, a mais civilizada e superior e tinha dever de levar o progresso às culturas arcaicas, tornando assim a modernidade como o centro do processo civilizador. Para Dussel (2000), não existia uma história mundial antes de 1492, até então os impérios e sistemas culturais coexistiam entre si. A chegada dos europeus nas Américas seria o evento que inaugura uma história mundial, sendo o mercantilismo a primeira etapa da Modernidade (a segunda etapa seria a da Revolução Industrial e da Ilustração no século XVIII). A Europa se constitui como centro da história mundial ao tornar todas as outras culturas como sua periferia (DUSSEL, 2000, p.29).

A narrativa de superioridade da Europa está enraizada tanto no imaginário europeu quanto nas culturas colonizadas. Esse imaginário oculta a violência colonial na medida em que se desenvolve a sua outra face, a colonialidade. Anibal Quijano vai compreender a colonialidade como estrutura de poder que se mantém após a queda formal do processo colonial, que se reinventa e se reelabora. É um processo violento de destruição da identidade do colonizado através da repressão às suas crenças, símbolos e conhecimento, para assumir a identidade do colonizador e reelaborar um conjunto de relações de dominação e de poder. O autor assim sintetiza:

A produção histórica da América Latina começa com a destruição de todo um mundo histórico, provavelmente a maior destruição sociocultural e demográfica da história que chegou a nosso conhecimento. (...) se trata, primeiro, da desintegração dos padrões de poder e de civilização de algumas das mais avançadas experiências históricas da espécie. Segundo, do extermínio físico, em pouco mais de três décadas, as primeiras do século XVI,

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

de mais da metade da população dessas sociedades, cujo total imediatamente antes de sua destruição é estimado em mais de cem milhões de pessoas. Terceiro, da eliminação deliberada de muitos dos mais importantes produtores, não só portadores, daquelas experiências, seus dirigentes, seus intelectuais, seus engenheiros, seus cientistas, seus artistas. Quarto, da continuada repressão material e subjetiva dos sobreviventes, durante os séculos seguintes, até submetê-los à condição de camponeses iletrados, explorados e culturalmente colonizados e dependentes, isto é, até o desaparecimento de todo padrão livre e autônomo de objetivação de idéias, de imagens, de símbolos. Em outros termos, de símbolos, de alfabeto, de escritura, de artes visuais, sonoras e audiovisuais (QUIJANO, 2009, p. 26-27)

Um elemento central na tese do autor sobre a colonialidade do poder, é que o elemento fundador do novo padrão de dominação social é a ideia de raça. Ao apagar a história, memória e pluralidade dos povos que aqui viviam, os europeus impuseram “uma única identidade, racial, colonial e derogatória, ‘índios’” (QUIJANO, 2009, p.28). No mesmo sentido, mas de forma diferente, as populações africanas sequestradas de seu território passaram a ser denominadas como “negros”. A relação entre “cor” e “raça” acontece mais tarde, a partir do século XVIII, mais especificamente a partir da área colonial britânico-americana.

Nesta se produz e se estabelece a idéia de “branco”, porque ali a principal população racializada e colonialmente integrada, isto é, dominada, discriminada e explorada dentro da sociedade colonial britânico-americana, eram os “negros”. Por outro lado, os “índios” dessa região não faziam parte dessa sociedade e não foram racializados e colonizados ali senão muito mais tarde (QUIJANO, 2009, p.30)

É uma nova forma de se operar a ideia de raça, se constituiu como uma forma de perpetuar o enriquecimento e supremacia do branco, principalmente dos países europeus, em escala global. Estabeleceu-se assim uma divisão racial do trabalho, determinando algumas funções de acordo com a raça. Os índios, portanto, passam a estar associados à estrutura social da servidão, os negros à escravidão e o europeu ao trabalho assalariado. Assim, o trabalho não-pago passa a estar vinculado às “raças” dominadas, posicionadas como inferiores, e o trabalho assalariado aos brancos, aos europeus (QUIJANO, 2005). A divisão social e racial do trabalho está diretamente relacionada à divisão internacional do trabalho, que resultou, na atual fase do capitalismo, na relação de dependência da América Latina em relação aos países centrais, que se expressa não apenas no aspecto econômico, mas também aspectos sociais, culturais, de desenvolvimento científico e produção do conhecimento.

Ao afirmar que a colonialidade do poder implicava (e ainda implica, de certa forma) na invisibilidade sociológica dos não-europeus com relação à sua identidade

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

(produção de subjetividade, de memória histórica, de imaginário, de conhecimento “racional”), Quijano chama a atenção para mudança que ocorre a partir da crescente população de mestiços que, a partir do século XVIII, numa proporção importante passam a ocupar categorias de dominantes. “A identidade latino-americana começou a ser, a partir daí, um terreno de conflito, que não cessou de alargar-se e tornar-se mais pedregoso, entre o europeu e o não-europeu” (QUIJANO, 2009, p.39).

Em seu livro *Identidade cultural na pós modernidade*, Stuart Hall discute a questão da identidade cultural na modernidade tardia e avalia se existe uma crise de identidade, em que ela consiste e qual sua direção. Ele apresenta um panorama histórico acerca da compreensão de identidade, demonstrando de que forma as transformações sociais da modernidade atuam sobre os modos de se entenderem dos sujeitos, individualmente e socialmente. Ele parte do pressuposto que “as identidades modernas estão sendo “descentradas”, isto é, deslocadas ou fragmentadas” (HALL, 2006 p. 08) e vai abordar como esses sujeitos descentrados são colocados em termos de suas identidades culturais, mais especificamente na sua relação com a identidade nacional, entendendo que as culturais nacionais como sua principal fonte.

Para o autor, as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas por um sistema de representação cultural que consiste na nação. Nesse sentido,

Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influenciam e organizam tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos (...) As culturas nacionais, ao produzirem sentidos sobre ‘a nação’, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas (HALL, 2006, p. 50-51)

O discurso da cultura nacional é ambíguo, porque ele vive entre o passado e o futuro, o desejo de reviver as glórias do passado e de avançar em direção a modernidade. A cultura nacional é também uma estrutura de poder cultural, uma vez que busca, através de processos de conquistas violentos, impor a sua hegemonia na constituição de uma identidade nacional (HALL, 2006). Em outra obra o autor afirma:

Ideias de "identidade nacional" e "grandeza nacional" estão intimamente atreladas a supremacia imperial, marcadas por conotações racistas e sustentadas por uma história de quatro séculos de colonização, supremacia no mercado mundial, expansão imperial e domínio global dos povos nativos. (HALL, 2009. p. 289)

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

A imposição da cultura dos europeus sobre os povos da América Latina se deu de diferentes formas em diferentes lugares. Em comum, a violência dos processos de deculturação e aculturação. Quijano (2006), no seu artigo sobre o movimento indígena na América Latina, questiona:

¿De cuál "nación" eran los nuevos Estados que se constituían?, ¿de los europeos o blancos que se llamaban ahora "mexicanos", "peruanos" o "brasileños", esto es, que también se otorgaban una nueva identidad nacional? Pero éstos eran una minoría realmente muy pequeña en todas partes, aunque relativamente no tanto en Chile, donde la mayoría de la población india no había sido colonizada y ocupaba todo el territorio al sur del Bío-Bío y resistió aún por otro siglo antes de ser cuasi exterminada y colonizada, como lo había sido más temprano en Argentina y en Uruguay, bajo otras condiciones y con otros resultados. Por el contrario, la nacionalidad de dichos Estados no tenía nada que ver con las poblaciones colonizadas de indios, negros y mestizos. No obstante, éstas eran la abrumadora mayoría de quienes quedaban encuadrados dentro de las fronteras de los nuevos Estados. La nacionalidad de los nuevos Estados no representaba a las identidades de la abrumadora mayoría de la población sometida a los nuevos Estados. En rigor, originalmente les era contraria (QUIJANO, 2006, s.p.)

É possível verificar as ambiguidades do discurso da cultura nacional mencionada por Hall, tendo como México como exemplo. Bonfim Batalha problematiza a ideia de cultura nacional a partir da realidade desse país e vai falar das diferenças entre o México Profundo e o México Imaginário e o porquê essas diferenças não são conciliáveis. O México Profundo se refere à cultura popular do período pré-colonial que está presente até os dias de hoje. É a cultura dos povos indígenas e das comunidades tradicionais. Já o México Imaginários se refere a cultura exportada da Europa, influenciada pela cultura ocidental, que através dos aparelhos ideológicos se consolida entre o povo mexicano. Essa cultura, por ser a cultura hegemônica, pretende liquidar a herança cultural do México Profundo como se essa fosse inferior e impedisse o progresso.

Nesse sentido, o problema da cultura nacional, está relacionada à imposição dessa cultura hegemônica, que pode levar à perda de identidade, desigualdades sociais, bom como a políticas nacionais que desconsiderem as reais necessidades e contextos dos povos indígenas mexicanos. Ele destaca que é importante o reconhecimento e a valorização das culturas profundas do México, com suas tradições ancestrais e saberes, permitindo que elas desempenhem um papel significativo na formação da identidade nacional.

O que foi proposto como cultura nacional, em diferentes momentos da história mexicana, pode ser entendido como uma aspiração permanente a deixar de

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

ser o que somos. Tem sido sempre um projeto cultural que nega a realidade histórica da formação social mexicana e que, portanto, não admite a possibilidade de construir o futuro com base nessa realidade. É sempre um projeto de substituição. O futuro está em outro contexto, em outro lugar que não aqui, nesta realidade concreta e cotidiana. Assim, a tarefa de construir uma cultura nacional consiste em impor um modelo estrangeiro distante, que por si só eliminará a diversidade cultural e alcançará a unidade pela supressão do que já existe. (BATALLA, 2019, p.152)

Podemos citar o exemplo da Bolívia como situação semelhante. Ao abordar a início da modernidade na Bolívia, marcada pelo genocídio dos povos indígenas, Linera (2020) aborda o processo de nacionalização no país e sua consequente transformação das identidades coletivas.

En todos los casos, la nación-del-Estado, afanosamente perseguida por las elites mercantiles en el último siglo, ha consolidado el intento más sistemático y feroz de extirpación de las identidades sociales indígenas. Junto al disciplinamiento político-cultural, llamado a “incorporar” en la “nación” y en la “cultura” a sujetos supuestamente “carentes” de ellas, el mercado, el dinero y el asalariamiento duradero han sido propuestos como métodos para arrancar al indio de un supuesto primitivismo petrificado en la comunidad agraria. La nación, propugnada por audaces profesionales urbanos, no ha sido entonces otra cosa que la coartada de la forzada descomunitarización de las poblaciones urbanas y suburbanas, y su encapsulamiento pasivo en una comunidad abstracta, distinguida por la falsa igualación de derechos públicos de personas económica, cultural e históricamente diferenciadas profundamente. (LINERA, 2020, p. 209)

México e Bolívia se caracterizam por aquilo que Darcy Ribeiro (1983) chama de *povos testemunhos*, que são os povos descendentes das antigas civilizações, que tiveram sua riqueza e trabalho espoliados no processo de colonização e que conduzem as tradições dos povos originários e dos europeus, sem que elas se fundam. Tanto Linera (2020) quanto Batalla (2019) defendem a valorização da cultura originária como fortalecimento de uma identidade cultural que preserve a suas raízes, valorizando a diversidade desses povos em detrimento de um projeto que busca liquidar essas heranças e impor uma cultura nacional unificada.

Na América Latina ainda encontramos os *povos transplantados*, em regiões em que o contingente de europeus era muito significativo, onde sua cultura se estabeleceu e se tornou hegemônica, liquidando qualquer traço da cultura dos povos originários e consolidando a homogeneidade étnica e uma identidade nacional unificada. O Brasil se encontra num terceiro grupo presente na América Latina, o de *povos novos*, resultado do processo de desindianização do indígena, desafricanização do negro e deseuropeirização do branco. Nas palavras de Ribeiro (1983):

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

Nesse sentido, os Povos-Novos são produto, tanto da deculturação redutora de seus patrimônios tribais indígenas africanos, quanto da aculturação seletiva desses patrimônios e da sua própria criatividade face ao novo meio (RIBEIRO, 1983, p. 94).

Trata-se de um novo corpo étnico, conseqüente de um complexo processo de miscigenação, tão violento que foi capaz de unir essas matrizes em uma formação sociocultural única, com uma riqueza cultural imensa, de diferentes, costumes, hábitos e práticas que compõe esse todo homogêneo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colonização da América Latina foi um processo que alterou a dinâmica mundial do sistema de produção e que inaugurou a modernidade, diferente da história hegemônica eurocêntrica que reivindica o início da modernidade em meados do século XVIII a partir de eventos estritamente europeus.

O projeto colonizador não apenas alterou (e deu início) à história mundial, como também impactou drasticamente na formação das sociedades latino-americanas, a partir de um intenso processo de dizimação dos povos originários, do sequestro de negros africanos e da chegada dos colonos europeus. A violência e a exploração foram a marca desse período, que resultou no enriquecimento dos países europeus em detrimento da exploração dos recursos naturais e das populações que aqui viviam, através do exercício de dominação política, social e cultural dos povos dominados.

A conjunção dos processos de colonialidade, modernidade e eurocentrismo perpetuam as relações de desigualdade e reproduzem a posição de dependência da América Latina na divisão internacional do trabalho.

No que se refere a dominação cultural, as iniciativas de construção de uma cultura nacional nos países latino-americanos implicaram na imposição da cultura europeia como a norma, suprimindo as culturas indígenas e afrodescendentes e criando tensões entre identidades culturais diversas.

É necessário superar os danos causados pela lógica da modernidade-colonialidade, no sentido de reconhecer a riqueza da diversidade étnica que marca a identidade cultural da população latino-americana, valorizando e garantindo o direito à sobrevivência e permanência dos costumes, crenças hábitos, idiomas e culturas dos povos que habitam e formam a América Latina.

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, F. África, números do tráfico atlântico. *In*: SCHWARCZ, L. M. e GOMES, F. (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BATALLA, G. B. O problema da cultura nacional. *In*: BATALLA, G. B. **México profundo: uma civilização negada**. Tradução de Rebecca Lemos Igreja. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019, p. 141 a 154.

DUSSEL, H. Europa, Modernidade e Eurocentrismo. *In*: LANDER, E. (Org.) **A colonialidade do Saber: Eurocentrismo e ciências sociais**, Buenos Aires, CLACSO, 2005, p. 55 a 70.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

LINERA, Á. G. **La potencia plebeya: acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia**. 2a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Prometeo, 2020. Disponível em <<https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/15717/1/La-potencia-plebeya.pdf>>. Acesso em 18 set. 2023.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (Org.) **A colonialidade do Saber: Eurocentrismo e ciências sociais**, Buenos Aires, CLACSO, 2005. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em 17 set. 2023.

QUIJANO, Aníbal. O “Movimento Indígena” e as pendências na América Latina. **Argumentos (Méx.)**, Cidade do México, v. 19, n. 50, pág. 51-77, abril. 2006. Disponível em <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-57952006000100003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 22 set. 2023.

QUIJANO, A. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *In*: ARAUJO, C. e AMADEO, J. (org.) **Teoria política latino-americana**. São Paulo: Hucitec – FAPESC, 2009, p. 21-44.

RIBEIRO, D. **As Américas e a Civilização: Formação histórica e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos**. Petrópolis: Vozes, 1983.

VIEZZER, M. & GRONDIN, M. **Abya Yala: genocídio, resistência e sobrevivência dos povos originários das Américas**. Rio de Janeiro: Bambual, 2021.

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio

